

**FABIO CALDAS DE ARAÚJO**

***USUCAPIÃO***

*3ª edição,*

*revista e atualizada,*

*de acordo com o novo Código de Processo Civil*

# **USUCAPIÃO**

© FABIO CALDAS DE ARAUCIO

*1ª edição: 2003; 1ª edição, 2ª tiragem: 2005; 2ª edição: 2013.*

ISBN: 978.85.392.0302-4

*Direitos reservados desta edição por  
MALHEIROS EDITORES LTDA.  
Rua Paes de Araújo, 29, conjunto 171  
CEP 04531-940 – São Paulo – SP  
Tel.: (11) 3078-7205  
Fax: (11) 3168-5495  
URL: [www.malheiroseditores.com.br](http://www.malheiroseditores.com.br)  
e-mail: [malheiroseditores@terra.com.br](mailto:malheiroseditores@terra.com.br)*

*Composição*  
Acqua Estúdio Gráfico Ltda.

*Capa*  
Criação: Vânia Lúcia Amato  
Arte: PC Editorial Ltda.

Impresso no Brasil  
Printed in Brazil  
07.2015

## SUMÁRIO

Nota à 2ª edição.....	5
-----------------------	---

---

*Capítulo 1 – O DIREITO DE PROPRIEDADE  
E A TUTELA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS*

---

<b>1. A propriedade e sua proteção como direito fundamental (Eigentum als Menschenrecht) .....</b>	<b>19</b>
<b>2. A propriedade e o Estado Liberal .....</b>	<b>22</b>
2.1 O mito da igualdade e da liberdade .....	25
<b>3. A delimitação do perfil da propriedade contemporânea .....</b>	<b>29</b>
3.1 A propriedade privada: direito e função social. Eficácia horizontal do direito de propriedade .....	30
<b>4. A propriedade e seu enquadramento na Constituição brasileira .....</b>	<b>33</b>
4.1 A propriedade e seu conteúdo normativo na Constituição Federal de 1988 .....	36
4.2 A função social e o interesse público e o balizamento do direito de propriedade .....	38
<b>5. O princípio da proporcionalidade como critério de ponderação entre o poder de disposição e a função social .....</b>	<b>40</b>
<b>6. Direito de propriedade e os interesses público e social.....</b>	<b>44</b>
6.1 O uso da força na defesa da propriedade: meio de defesa e meio de ataque .....	47
6.2 A limitação provisória e a perda da propriedade: indenização e processo administrativo e/ou judicial .....	48

<b>7. Proteção à propriedade e à família</b> .....	50
<b>8. O direito de propriedade</b> .....	51
8.1 Propriedade e domínio. Distinção .....	52
<b>9. Propriedade e posse: a função social da posse</b> .....	54
9.1 A função social da posse e a influência da boa-fé .....	56
<b>10. A usucapião na Carta Magna</b> .....	58
10.1 A derivação constitucional: usucapião familiar, administrativa e coletiva .....	59
<b>11. Usucapião e segurança jurídica: registros públicos e ação pauliana</b> .....	61

### Capítulo II – BREVE NOÇÃO HISTÓRICA DA USUCAPIÃO

<b>1. A usucapião em Roma</b> .....	63
1.1 Período arcaico .....	64
1.2 Período clássico, 67: 1.2.1 A usucapio e a praescriptio. 72	
1.3 Período pós-clássico .....	73
<b>2. A usucapião no Direito Reinícola</b> .....	74
<b>3. O Direito Brasileiro</b> .....	79
3.1 A Consolidação de Teixeira de Freitas .....	79
3.2 A usucapião e o Código Civil brasileiro .....	81
3.3 A Lei 2.437/1955 .....	82
3.4 O Código Civil de 2002 .....	84
3.5 O novo CPC e a usucapião administrativa .....	84

### Capítulo III – A USUCAPIÃO NO DIREITO COMPARADO

<b>1. O Direito Alemão</b> .....	86
<b>2. O Direito Francês</b> .....	92
2.1 A quebra da unidade no sistema francês .....	92
2.2 A previsão expressa da interversão da posse .....	93
2.3 A usucapião instantânea pela Regra de Bourjon .....	95
2.4 Disposições gerais .....	95

<b>3. O Direito Português</b> .....	96
3.1 A eficácia ex tunc .....	96
3.2 A possibilidade da interversão da posse .....	97
3.3 Usucapião e composesse .....	97
3.4 Modalidades de usucapião .....	97
<b>4. O Direito Italiano</b> .....	98
<b>5. O Direito Suíço</b> .....	100
<b>6. O Direito Argentino</b> .....	101
<b>7. O Direito Chileno</b> .....	104
<b>8. O Direito Espanhol</b> .....	107
<b>9. O Direito Colombiano</b> .....	109
<b>10. O Direito Austríaco</b> .....	112

---

*Capítulo IV – A USUCAPIÃO NO DIREITO BRASILEIRO*

---

<b>1. Noções gerais: aquisição originária</b> .....	115
<b>2. A usucapio libertatis: efeito liberatório</b> .....	117
2.1 Efeito liberatório: hipoteca anterior e posterior .....	119
2.2 Efeito liberatório: usucapião sobre veículos .....	121
2.3 Efeito liberatório: situações jurídicas constituídas pelo possuidor, 122: 2.3.1 A prevalência da hipoteca e dos ônus reais, 122	
<b>3. O escopo da usucapião</b> .....	123
<b>4. A prescrição aquisitiva e a extintiva</b> .....	125
4.1 Disposições comuns à prescrição extintiva e à aquisitiva, 4.1.1 Suspensão do prazo prescricional, 128: 4.1.1.1 Excepcionalidade e taxatividade da suspensão, 129: 4.1.1.2 Suspensão entre cônjuges: a usucapião familiar, 131: 4.1.1.3 Suspensão e <i>actio non natae</i> , 135: a) Prejudicialidade externa entre ação de usucapião e ação possessória, 136: 4.1.1.4 Suspensão e prejudicialidade externa, 135: 4.1.1.5 Princípio da incontagiabilidade da suspensão, 138: 4.1.2 Interrupção do prazo prescricional: 4.1.2.1 Hipóte-	

ses de interrupção: natural e civil, 139; 4.1.2.2 Interrupção e perda momentânea da posse, 140; 4.1.2.3 A interrupção pela citação, 142; 4.1.2.4 A interrupção pela citação em processo extinto sem julgamento do mérito: <i>praescriptio interruptio durat etiam perempta instancia</i> , 143	
4.2 <i>Renúncia da prescrição</i> .....	150
4.3 <i>A necessidade de arguição da prescrição</i> , 152: 4.3.1 <i>Alteração do prazo de prescrição (Keine Abkürzung)</i> , 153: 4.3.2 <i>Arguição por ação ou exceção</i> , 154	
<b>5. O art. 205 do CC brasileiro e a usucapião</b> .....	155
5.1 <i>A modificação da regra centenária pelo BGB e a confirmação de imprescritibilidade pelo CC argentino</i> .....	157
5.2 <i>O princípio da elasticidade e o art. 205 do CC brasileiro</i> ...	160
<b>6. Elementares da usucapião nas modalidades extraordinária e ordinária</b> .....	161
6.1 <i>Posse</i> , 162: 6.1.1 <i>O Código Civil brasileiro de 2002: repúdio ao subjetivismo</i> , 163; 6.1.2 <i>Breve bosquejo histórico da posse</i> : 6.1.2.1 <i>A possessio romana</i> , 167: a) <i>A defesa da posse</i> , 171; 6.1.2.2 <i>A Gewere</i> , 172; 6.1.2.3 <i>O Direito Canônico</i> , 174; 6.1.2.4 <i>Os glosadores e pós-glosadores</i> , 176; 6.1.3 <i>Teorias modernas sobre a posse: considerações práticas</i> , 177: 6.1.3.1 <i>A teoria subjetiva e o Código Civil brasileiro</i> , 178: a) <i>Aplicação subsidiária da teoria subjetiva no Código Civil brasileiro</i> , 181; 6.1.3.2 <i>Teoria objetiva e sua adoção pelo Código Civil brasileiro</i> , 183; 6.1.4 <i>Elementos da posse</i> , 185; 6.1.4.1 <i>Poder de fato</i> , 185: a) <i>Exercício do poder fático: possuidor indireto e direto</i> , 186; 6.1.4.2 <i>Objeto da posse</i> , 187: a) <i>Objeto: ação possessória e ação de usucapião</i> , 188; b) <i>Usucapião: necessidade do elemento corpóreo</i> , 189; c) <i>Posse sobre bens intangíveis ou semicorpóreos</i> , 190; d) <i>Posse sobre energia</i> , 192; e) <i>Posse sobre semoventes: animais e a usucapião</i> , 194; 6.1.4.3 <i>Sujeito da posse</i> , 197: a) <i>Capacidade para adquirir a posse</i> , 197; b) <i>O Estado como sujeito ativo: usucapião de território estrangeiro</i> , 200; 6.1.5 <i>A posse para fins de usucapião: possessio ad usucapionem</i> , 201: 6.1.5.1 <i>Diferença</i>	

- entre *possessio ad usucapionem* e *ad interdicta*, 201; 6.1.5.2 Posse justa: *nec vi, clam* ou *precario*: 203; a) Posse pacífica, 204; b) Posse pública, 207; c) Posse contínua, 208; d) Posse ininterrupta, 210; 6.1.5.3 A posse precária, 211; a) A interversão da posse no Código Civil brasileiro, 212; b) Modalidades de interversão da posse, 213; *b.1) Interversão por ato de terceiro*, 214; *b.2) Interversão por ato próprio*, 215; *b.3) A interversão da detenção em posse ou propriedade*, 217; *b.4) A interversão da posse direta e aquisição do domínio*, 221; 6.1.5.4 *Res habilis*, 222; a) *Res extra commercium*, 223; b) Bens públicos, 224; c) A imprescritibilidade relativa dos bens públicos, 232; *c.1) Bens dominicais: sociedade de economia mista*, 237; *c.2) Terras devolutas: ônus da prova*, 238; d) Usucapião sobre bens com declaração de vacância, 239; e) Bens inalienáveis, 240; f) *Res furtiva*, 241
- 6.2 *O tempo*, 243; 6.2.1 *Prazo e termo. Distinção*, 245; 6.2.2 *Acessio e successio possessionis*, 248; 6.2.2.1 *Successio possessionis* e o princípio da *saisine*, 248; a) A introdução da *saisine* no Direito Brasileiro, 251; b) O sucessor a título universal e singular, 254; 6.2.2.2 *Acessio possessionis*, 255; a) Importância da homogeneidade das posses, 256; b) *Acessio possessionis* do legatário, 257
- 6.3 *Requisitos específicos: boa-fé e justo título*, 260; 6.3.1 *Título e justo título*, 260; 6.3.2 *Justo título*, 264; 6.3.2.1 O compromisso de compra e venda como justo título, 266; 6.3.2.2 Controle formal sobre o título, 268; 6.3.2.3 Vícios do título, 269; 6.3.2.4 *Título putativo*, 270; 6.3.2.5 *Título nulo e anulável*, 271; 6.3.2.6 *Títulos condicionais*, 273; 6.3.3 *A bona fides: a boa-fé subjetiva possessória*, 274; 6.3.3.1 *A boa-fé no art. 1.201 do CC brasileiro*, 275; 6.3.3.2 *A boa-fé e o erro*, 278; a) Erro escusável e inescusável, 281; 6.3.3.3 *Critérios de identificação da culpa grave e a descaracterização da boa-fé*, 282; a) *Sujeitos da relação*, 283; b) *Quanto ao objeto da relação jurídica*, 283; c) *Forma*, 284; 6.3.3.4 *A boa-fé e o tempo*, 285
- 6.4 *A usucapião e os demais direitos reais*, 286; 6.4.1 *As servidões*: 6.4.1.1 *Origem e características*, 287; 6.4.1.2 *As ser-*

vidões e sua disciplina legal, 288; 6.4.1.3 Distinções entre as servidões e os direitos pessoais, 289; 6.4.1.4 Classificação das servidões, 290; 6.4.1.5 A usucapião das servidões, 292; 6.4.2 *Da passagem forçada*, 294; 6.4.3 *O usufruto*, 296; 6.4.3.1 *Usucapio usufructus*, 297; 6.4.4 *Uso e habitação*, 299; 6.4.4.1 *Usucapião do uso e habitação*, 300; 6.4.5 *A enfiteuse*, 300; 6.4.5.1 *Características fundamentais*, 301; 6.4.5.2 *Enfiteuse e usucapião*, 302; 6.4.6 *O direito de superfície*, 306; 6.4.6.1 *A usucapião no direito de superfície*, 307; 6.4.6.2 *Usucapião e acessões industriais*, 308; 6.4.6.3 *Acessão invertida e direito de superfície*, 308; 6.4.7 *A usucapião de bens móveis*, 309; 6.4.7.1 *A regra francesa: en fait de meubles, la possession vaut titre*, 311; 6.4.7.2 *Usucapião ordinária de bens móveis*, 315; 6.4.7.3 *Usucapião extraordinária de bens móveis*, 317; 6.4.7.4 *A usucapião instantânea de bem móvel*, 317; 6.4.7.5 *Interversão da posse na alienação fiduciária*, 323

---

*Capítulo V – AS MODALIDADES DE USUCAPIÃO*

---

<b>1. A codificação da usucapião. Antecedentes históricos</b> .....	325
<b>2. A usucapião no Código Civil</b> .....	328
<b>3. A usucapião versus desapropriação: a figura anômala do art. 1.228, § 4º, do CC brasileiro</b> .....	329
3.1 <i>A exceção coletiva do art. 1.228, §§ 4º e 5º, do CC brasileiro</i> , 330; 3.1.1 <i>Possibilidade do exercício da pretensão: o direito de ação</i> , 332	
<b>4. A usucapião extraordinária</b> .....	332
4.1 <i>Elementos para a usucapião extraordinária</i> , 333; 4.1.1 <i>Posse justa</i> , 334; 4.1.1.1 <i>Posse justa: a interversão de bens financiados ou alienados</i> , 336; 4.1.2 <i>A comprovação do tempo</i> , 337; 4.1.3 <i>Posse ad intervala</i> , 338; 4.1.4 <i>O encurtamento do prazo da usucapião: comprovação da posse qualificada</i> , 339	
<b>5. A usucapião especial rural: previsão legal e constitucional</b> ....	341
5.1 <i>A Lei de Terras e os primórdios da usucapião especial rural</i> .....	341



- 5.2 *Requisitos da usucapião especial rural*, 351: 5.2.1 *A ausência de domínio*: 351; 5.2.2 *A prova do fato negativo em juízo*, 352; 5.2.3 *Posse sobre área rural*, 354; 5.2.4 *A usucapião e o limite do módulo rural*, 355; 5.2.5 *Possessio ad usucapionem*, 357; 5.2.6 *O tempo*, 358; 5.2.7 *Requisitos procedimentais da usucapião rural*, 359
- 6. A usucapião especial urbana: individual, familiar e coletiva ...** 368
- 6.1 *Requisitos da usucapião especial urbana individual*, 369:
- 6.1.1 *A ausência de domínio*, 369: 6.1.1.1 *Ausência de posse titulada*, 370; 6.1.2 *Área urbana*, 371: 6.1.2.1 *Área ou edificação*. O art. 9º da lei 10.257/2001, 373; 6.1.3 *Posse ad usucapionem*, 374; 6.1.4 *A titularidade do domínio reconhecido*, 375; 6.1.5 *O tempo*, 376; 6.1.6 *Usucapião especial urbana e concessão de uso*, 379; 6.1.7 *Da concessão para fins de moradia*, 380: 6.1.7.1 *Requisitos para a concessão de moradia*, 381; 6.1.7.2 *Modalidades de concessão de uso para moradia: individual e coletiva*, 384; 6.1.8 *Da concessão de uso para fim econômico*, 385: 6.1.8.1 *Requisitos para a concessão de uso para fim econômico*, 386
- 6.2 *Usucapião especial coletiva*, 387: 6.2.1 *Requisitos da usucapião coletiva*: 6.2.1.1 *Composse*, 388: a) *Composse e usucapião individual*, 389; b) *Composse e posse compartilhada*, 390; c) *Composse sobre extensa área*, 391; 6.2.2 *Legitimação especial na usucapião coletiva (e individual)*: 6.2.2.1 *Art. 12, I, da Lei 10.257/2001*, 391: a) *O litisconsórcio facultativo na composse*, 392; b) *Art. 12, II, da Lei 10.257/2001*, 395; b.1) *A usucapião por composse perante o Código Civil brasileiro*, 396; c) *Art. 12, III, da Lei 10.257/2001*, 397; c.1) *As associações*, 400
- 6.3 *Usucapião familiar*, 401: 6.3.1 *A proteção pela usucapião familiar*, 402; 6.3.2 *Requisitos da usucapião familiar*, 403: 6.3.2.1 *Posse direta*, 404; 6.3.2.2 *Limitação do imóvel e do pedido*, 405; 6.3.2.3 *Abandono voluntário e involuntário*, 405; 6.3.2.4 *Tempo*, 406
- 7. Usucapião ordinária** ..... 407
- 7.1 *Requisitos especiais*, 408: 7.1.1 *Justo título*, 408; 7.1.2 *A boa-fé subjetiva ética*, 411; 7.1.3 *A prova da boa-fé*, 416;

7.1.4 *Requisitos para a abreviação do prazo para a usucapião ordinária*, 416: 7.1.4.1 *Título de aquisição: oneroso e gratuito*, 418; 7.1.4.2 *Conceitos indeterminados*, 418

<b>8. A usucapião administrativa ou extrajudicial</b> .....	419
8.1 <i>A usucapião e a regularização fundiária</i> .....	421
8.2 <i>Requisitos da usucapião administrativa coletiva</i> : 8.2.1 <i>Elaboração do projeto de regularização fundiária: licenciamento ambiental e demarcação</i> , 421; 8.2.2 <i>Confecção do auto de demarcação</i> , 422; 8.2.3 <i>Notificação dos interessados</i> , 422; 8.2.4 <i>Necessidade da via judicial</i> , 423; 8.2.5 <i>Averbação do parcelamento do projeto de regularização</i> , 424; 8.2.6 <i>Legitimação da posse</i> , 424; 8.2.7 <i>Conversão da posse titulada em usucapião</i> , 425	
8.3 <i>A usucapião extrajudicial perante o art. 1.071 do novo CPC e 216-A da Lei de Registros Públicos</i> , 425: 8.3.1 <i>O procedimento pela via administrativa</i> , 426: 8.3.1.1 <i>A formulação de requerimento pelo interessado</i> , 426; 8.3.1.2 <i>A ata notarial e atividade do tabelião</i> , 427; 8.3.1.3 <i>O processamento do pedido de usucapião no Registro Imobiliário</i> 430; 8.3.1.4 <i>A anuência do proprietário, possuidor, confinantes e terceiros titulares de direitos reais</i> , 431; 8.3.1.5 <i>Diligências registras ordinárias e extraordinárias</i> , 432; 8.3.1.6 <i>Notificação das Fazendas</i> , 433; 8.3.1.7 <i>A matrícula registral: criação e possibilidade de aproveitamento</i> , 434; 8.3.1.8 <i>O deslocamento para a via judicial</i> , 435	

---

## *Capítulo VI – AÇÃO DE USUCAPIÃO*

---

<b>1. Considerações preliminares: do atual para o novo Código de Processo Civil</b> .....	437
<b>2. A usucapião judicial e extrajudicial</b> .....	441
2.1 <i>A usucapião extrajudicial: a alteração da Lei 12.424/2011 e o art. 1.071 do novo CPC</i> .....	442
<b>3. A ação de usucapião</b> .....	444
3.1 <i>Ação de usucapião: terras particulares e terras públicas</i> ....	444
3.2 <i>Ação de usucapião e aquisição de direitos reais</i> .....	446

<b>4. Natureza jurídica da ação de usucapião</b> .....	447
4.1 A natureza declaratória da ação de usucapião: usucapio libertatis .....	448
4.2 A natureza diferenciada da declaração na ação de usucapião .....	449
<b>5. Importância da ação de usucapião. A imprescritibilidade do domínio. Reflexão sobre a Reforma do BGB de 2002</b> .....	451
<b>6. Ação e exceção de usucapião</b> .....	454
<b>7. O trinômio: condições da ação-pressupostos processuais- -mérito</b> .....	455
7.1 As condições da ação de usucapião, 457: 7.1.1 A possibilidade jurídica do pedido, 458: 7.1.1.1 Possibilidade jurídica: módulo rural e loteamento irregular, 460; 7.1.1.2 Possibilidade jurídica e intersversão da posse: contrato de locação, 461; 7.1.2 O interesse de agir, 462; 7.1.2.1 Proibição de decisão surpresa (“Verbot der Überraschungsentscheidung”), 464; 7.1.3 A legitimidade para agir, 466; 7.1.4 Hipóteses especiais de legitimação para agir na ação de usucapião: 7.1.4.1 O espólio, 467; 7.1.4.2 O condômino, 468: a) Legitimidade do condômino, 469; 7.1.4.3 Composse, 470; 7.1.4.4 Associação ou entidade coletiva, 471; 7.1.4.5 Pessoa jurídica, 472; 7.1.4.6 A legitimidade do proprietário, 472; 7.1.4.7 Legitimidade do credor do usucapiente, 473	
<b>8. Formação da relação processual na ação de usucapião</b> .....	474
8.1 Pressupostos processuais positivos: existência e validade, 475: 8.1.1 Petição inicial. Considerações gerais, 476: 8.1.1.1 Art. 319, I, do novo CPC, 479; 8.1.1.2 Art. 319, II, do novo CPC, 480: a) O imóvel não registrado e a Súmula 263 do STF, 482; 8.1.1.3 Art. 319, III, do novo CPC, 482; 8.1.1.4 Art. 319, IV, do novo CPC: o memorial descritivo, 487; 8.1.1.5 Art. 319, V, do novo CPC, 489; 8.1.1.6 Art. 319, VI, do novo CPC, 490; 8.1.1.7 Art. 319, VII, do novo CPC: a necessidade da citação, 492; 8.1.2 Integração do cônjuge na petição inicial, 493	

**9. Jurisdição e competência na ação de usucapião**

9.1 Competência para a ação de usucapião de bens imóveis, 495; 9.1.1 Conflito aparente de competência: imóvel registrado em outra comarca, 496

9.2 Competência para a usucapião de bens móveis ..... 496

**10. Citação** ..... 499

10.1 O problema da interrupção da prescrição pela citação ..... 501

10.2 A citação na ação de usucapião, 503; 10.2.1 A formação do litisconsórcio necessário simples, 503; 10.2.2 Citação do proprietário, 506; 10.2.3 Ausência de citação do proprietário, 508; 10.2.4 Citação do possuidor e a posse publiciana, 509; 10.2.5 O proprietário e o possuidor: citação por edital, 510; 10.2.6 A citação dos confinantes, 511; 10.2.7 A citação por edital dos réus certos, 512; 10.2.8 O procedimento edital dos eventuais interessados, 512; 10.2.9 Procedimento edital e intervenção de terceiros, 513

10.3 Citação versus intimação das Fazendas ..... 513

**11. Capacidade processual** ..... 515

11.1 A legitimação do Ministério Público, 516; 11.1.1 A Recomendação 16 do Conselho Nacional do Ministério Público, 516

**12. Pressupostos processuais negativos** ..... 520

12.1 Da litispendência e art. 557 do novo CPC ..... 520

12.2 Coisa julgada ..... 521

12.3 Perempção ..... 523

**13. Mérito** ..... 523

13.1 Domínio e servidão predial. Restrição aparente ..... 523

13.2 A tutela de urgência na ação de usucapião, 524; 13.2.1 Aspectos introdutórios da tutela de urgência, 525; 13.2.2 Tutela antecipada e cautelar, 527; 13.2.3 Tutela de urgência satisfativa e a posse sobre bens móveis (Súmula 92 do STJ), 530; 13.2.4 A tutela cautelar na ação de usucapião, 531; 13.2.4.1 A tutela cautelar e suspensão do processo: princípio da concentração na matrícula, 530;

13.2.5 *A tutela antecipada na ação de usucapião*, 533:  
 13.2.5.1 *A antecipação em ação preponderantemente declaratória*, 534; 13.2.6 *A antecipação pela verossimilhança e urgência do pedido*, 535: 13.2.6.1 *A antecipação de efeitos diretos e indiretos: Lei 13.097/2015*, 536: 13.2.7 *A tutela da evidência*, 538: 13.2.7.1 *A tutela da evidência pelo abuso de direito*, 540: 13.2.7.2 *A tutela da evidência pela prova inequívoca*, 542

<b>14. Audiência de conciliação: mediação e arbitragem na usucapião</b> .....	542
14.1 <i>Audiência de conciliação: intimação das Fazendas e procedimento edital</i> .....	545
<b>15. A defesa na ação de usucapião</b> .....	546
15.1 <i>Fluência do prazo para defesa</i> , 546: 15.1.1 <i>Prazo de resposta e litisconsórcio</i> , 547	
15.2 <i>Materialização da citação e do procedimento edital</i> .....	549
15.3 <i>Conteúdo da contestação: preliminares, defesa direta e indireta</i> , 549: 15.3.1 <i>A alteração do polo passivo: nomeação à autoria</i> , 551	
15.4 <i>A exceção de usucapião. Súmula 237 do STF</i> .....	551
15.5 <i>A reconvenção na ação de usucapião</i> .....	552
15.6 <i>A revelia e o julgamento antecipado</i> .....	556
15.7 <i>Julgamento antecipado parcial do mérito</i> .....	558
<b>16. A sentença na usucapião</b> .....	559
16.1 <i>Eficácia erga omnes do comando declaratório</i> .....	564
16.2 <i>Registro da sentença no Cartório de Registro de Imóveis e imposto de transmissão</i> .....	565
<b>Bibliografia</b> .....	567